

Nos olhos de Barthes: *o fait divers e a informação*

p. 55 - 62

Prof. Dr. Luis A. S. de Almeida ¹

Dra. Marta E. G. Scherer ²

Resumo

É possível criar espaços de discussão que aproximem teorias literárias, linguagem e jornalismo? É para demonstrar essa possibilidade que o presente artigo tem como objetivo tangenciar a teoria de Roland Barthes com as narrativas jornalísticas, com especial destaque aos *fait divers*, entendidos como uma informação total, imanente, porque contém em si todo o seu significado. Ao investigarmos a linguagem estamos também analisando a sociedade da qual ela é parte, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas, a racionalidade. Assim, este texto pretende demonstrar que o ato da escrita supõe transpor uma fronteira entre o que sabemos e o que somos, entre o que passa e o que nos passa.

Palavras-chave: Roland Barthes; *Fait divers*; narrativas.

IN THE EYES OF BARTHES: THE FAIT DIVERS AND THE INFORMATION

Abstract

It is possible to approach and create discussion spaces that bring literary theories, language and journalism? It is to demonstrate the possibility that this article aims tangent theory of Roland Barthes with journalistic narratives, with particular attention to the *fait divers*, understood as a total information immanent, because it contains in itself all its meaning. To investigate the language, we are also considering the society on which it is immerse, the social and cultural context on which it is used, social practices, paradigms, rationality. Thus, this article argues that the act of writing involves crossing borders between what we know and what we are, between what happens and what happens to us.

Keywords: Roland Barthes; *Fait divers*; narratives.

Introdução

Este artigo busca analisar o famoso ensaio “Estrutura do *fait divers*”, de Roland Barthes (1977), dentro dos estudos de narrativas jornalísticas, aqui entendidas como textos que se inscrevem dentro

da categoria de escritura realista: “um combinado de signos formais da Literatura (passado simples, estilo indireto, ritmo escrito) e de signos não menos formais do realismo (transposição da linguagem popular, palavras fortes, dialetais, etc).” (BARTHES, 1986). Cada um dos elementos

¹ Professor Associado do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, é doutor em Teoria Literária e mestre em Literatura Brasileira.

² Doutora e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina

citados aparece no jornalismo cotidianamente, fazendo com que hoje tenhamos um enorme aporte de conhecimentos objetivos e técnicos, em contraponto a uma pobreza de conhecimento que efetivamente atue e transforme a vida humana.

Roland Barthes, por meio do seu livro *O prazer do texto* (1996), esclarece que uma narrativa pode elaborar um espaço de puro prazer, no qual o desejo é o ponto de partida para que o leitor desfrute do que lhe é oferecido pelo autor. E mais: poderia ser um marco de transformação. Entretanto, tal prática pouco se encontra nas narrativas jornalísticas em geral. É então uma busca pela escrita realista que aqui se prospecta, como aquela que “está longe de ser neutra; pelo contrário, está carregada dos signos mais espetaculares da fabricação”. Ainda estamos longe de chegar ao grau zero da escritura apregoado por Barthes e colocamos aqui as palavras do autor como um desejo, uma esperança ou um libelo:

A nova escritura neutra coloca-se no meio desses gritos e desses julgamentos, sem participar de nenhum deles; ela é feita precisamente de ausência deles, mas essa ausência é total, não implica nenhum refúgio, nenhum segredo; não se pode dizer, portanto, que seja uma escritura impassível: é antes uma escritura inocente. (...) Se a escritura é realmente neutra, se a linguagem, me vez de ser um ato incômodo e indomável, atinge o estado de uma equação pura, não terá mais espessura do que uma álgebra em face do vazio do homem. (BARTHES, 1986).

É dentro dessa perspectiva, com esse olhar, que entramos na análise do artigo *Estrutura do fait divers*, tendo ainda como base teórica o livro *Ideologia e técnica da Notícia* (LAGE, 1979), o primeiro estudo de jornalismo a tratar do *fait divers* de Barthes. Já na primeira frase de seu ensaio, Roland Barthes coloca a questão de maneira contundente: “Eis um assassinato: se for político é uma informação, se não o for é um *fait divers*”. Num primeiro momento, sua definição provoca a

falsa impressão que estamos diante de um texto que sugere a relevância do conteúdo da mensagem.

Entretanto, é preciso entendê-lo sob outro viés. Barthes explica que o tema política (universo no qual o crime ocorreu) pertence a uma ordem discursiva de domínio do leitor. Desta forma, o crime que é a razão daquele fato estar sendo noticiado, pertence a um mundo já nomeado, ordenado, familiar e pleno de significação. A novidade estaria no assassinato. Mas, como numa obra literária, os personagens, a trama e todo o resto são de conhecimento dos leitores. Isso ocorreria na política e em vários outros campos identificáveis, cujos discursos são de domínio do leitor. Daí aquele fato (o assassinato) ser uma informação que se soma ao universo decodificado.

Para demonstrar como esse mundo já nomeado – de que fala Barthes – exerce um papel fundamental na natureza dos fatos noticiados, vamos a um exemplo. Um assassinato político tornaria as coisas fáceis demais. Vamos tratar de uma notícia retirada da editoria de política nacional:

Uma diferença de quase R\$ 3 milhões nas contas de Marcos Valério de Souza, o suposto operador do mensalão, ameaça derrubar a versão apresentada pelo empresário de que todo o dinheiro utilizado par fazer pagamentos a políticos e para o publicitário Duda Mendonça saiu de empréstimos no BMG e no Banco Rural. (ZERO HORA,2005, p.3)

Este primeiro parágrafo da notícia, ou *lead*, foi escrito dentro da mais pura tradição jornalística. Um *lead* de uma única frase, texto expositivo, ordem direta e absolutamente claro e conciso nas informações expostas (HOHENBERG, 1981, p.154). Apesar de formalmente estar perfeito, do ponto de vista de conteúdo ele é um tanto fraco – diria qualquer editor mais atento. A ação determinante, expressa no verbo, nada mais é do que uma simples “ameaça”. Os três milhões

encontrados, além dos já explicados, provariam que o dinheiro veio de outros lugares. Mas ainda faltam as provas, o que se tem é uma suposição de que esse valor pode vir a (ameaça) provar que os recursos saíram de outros lugares. Essa seria, sinteticamente, a leitura crítica que o jornalismo faria sobre esse primeiro parágrafo. Viriam as questões envolvendo fontes, as entrevistas e a ordenação seguinte do texto noticioso.

Roland Barthes lança sobre esse fato noticioso a seguinte observação. Esse texto só tem valor informativo, ou seja, só tem entendimento, compreensão e justificativa, porque ele pertence a um discurso já nomeado. O BMG, Banco Rural, Duda Mendonça, Marcos Valério e políticos formam personagens desse texto noticioso. São personagens (pessoas ou instituições) relativamente recentes na vida política nacional. Mas são constituídos do mesmo material utilizados para produzir os personagens que invadem as páginas de um romance. Eles entram num momento da cena onde a construção narrativa já cumpriu o seu papel. Mas não só os personagens são conhecidos do leitor. “O pagamento a políticos”, “os empréstimos”, tudo já foi nomeado. Tudo é conhecido do leitor. É o universo da política.

Essa constatação é absolutamente verdadeira. Só é possível utilizarmos a expressão “mensalão”, por exemplo, com a convicção plena de que o leitor identifica a palavra não pela sua origem, mas como significado do ato de suborno que o governo utilizou para corromper parlamentares. Essas construções se realizam porque o leitor é capaz de identificar o universo narrativo de onde essas palavras provêm. Esse horizonte já nomeado transforma esse acontecimento noticiado (a ameaça) numa informação parcial. Porque deste mesmo horizonte já vieram informações anteriores que estão fora dele, em torno dele.

É por isso que Roland Barthes diz que “se for político” é uma informação. É uma informação parcial que só se complementa na cabeça do leitor que é solicitado a contextualizar e textualizar aquela informação. Ou seja, seu significado se acrescenta a algo que já está constituído. São fatos narrados, são informações que se juntam ao grande discurso já exposto (ou permanente exposto) que é, neste caso, a política. Literalmente, diz Roland Barthes (1977, p.266), são fragmentos de um romance.

Isso que Roland Barthes nos ensina diz muito em se tratando do universo da notícia. Como é comum na obra do autor, aqui já se vislumbra a construção de uma tipologia da notícia. Ou uma divisão de natureza discursiva de dois polos opostos de construção narrativa: o assassinato político, nascido num horizonte já nomeado e aberto à significação externa – a informação; e o assassinato comum, nascido num horizonte não nomeado, sem ordem informativa constituída, absolutamente fechado na sua significação – o *fait divers*. Neste texto, Roland Barthes inaugura o termo, desenvolve seu conceito e nos apresenta seu mecanismo interno de funcionamento, como veremos a seguir.

O *fait divers* ou caso do dia é, nas palavras de Roland Barthes, uma informação total (imaneente) porque contém em si todo o seu significado. Seu entendimento é possível sem a necessidade de conhecimento prévio algum por parte do leitor. E nessa estrutura fechada, portanto, a natureza do fato narrado, sua temática, sua sobrevivência como mensagem codificada, se realiza dentro de si mesma, não remetendo a outro universo. Se na estrutura da notícia a informação se aproxima do romance, no *fait divers* seu conteúdo está próximo do conto porque desconsidera qualquer discurso constituído fora do fato narrado. Portanto, é possível não saber nada do mundo para entender o *fait divers*. (BARTHES, 1977, p.267)

Aqui é importante uma observação. O

fait divers ocupa as páginas de todos os jornais, independente de sua periodicidade ou de seu público-alvo. Entretanto, é nas publicações dirigidas às camadas populares que se apresenta com maior intensidade – em alguns casos, ocupando todas as páginas do periódico. O *fait divers* é visto pelo público intelectual como uma informação “menor” precisamente porque não se contextualiza como valor informativo. Julgam essas informações a partir de um subjetivismo que, em alguns momentos, se concentra nas intenções suspeitas do editor e em outros no vago e indefinido conceito de “sensacionalismo”.

Para ilustrar essa discussão: a foto do corpo de um homem em putrefação, no deserto do Iraque, por exemplo, publicada pela *Times*, sugere que a revista pretende mostrar (ou provar) os horrores da guerra. Isso porque aquela informação (foto) está dentro do horizonte informativo/discursivo de conhecimento do leitor: a política, no seu desdobramento mais radical, a guerra, o terrorismo, a invasão estrangeira. A mesma foto do homem morto, mas no contexto de um crime comum, é depreciada pelo leitor intelectual que não identifica seu horizonte discursivo e, portanto, não consegue justificar sua edição. Se no primeiro caso, justificamos e parecemos entender plenamente o interesse do leitor; no segundo caso não só não conseguimos explicá-lo como, na maioria das vezes, passamos a agredir o leitor que consome aquele tipo de notícia.

O estudo de Barthes sobre o *fait divers* afasta isso que, na sua origem, não passa de preconceito. O *fait divers*, que pela sua definição não pertence a nenhuma ordem discursiva, carrega em sua estrutura narrativa dois termos de uma função:

É esta função que é viva, é ela que é regular, portanto inteligível; pode-se presumir que não há qualquer caso do dia simples, constituído de uma só notação...Sem dúvida uma estrutura é sempre articulada; mas aqui

a articulação é interior à narrativa imediata; enquanto que na informação política, por exemplo, é deportada para fora do enunciado, num contexto implícito” (BARTHES, 1977, p.266)

Portanto, o *fait divers* se constitui de dois movimentos completos, que são entendidos como uma função que se auto-explica e se completa. Não é o fato em si que justifica o seu interesse, mas o segundo movimento que se une a ele. No assassinato político o grau de “consequência” é seu segundo movimento e é dado pelo conhecimento já adquirido pelo leitor que, portanto, o complementa; no *fait divers* esse complemento é dado pelo próprio enunciado que em sua natureza sempre reforça a perspectiva humana do enunciado. E aqui, Roland Barthes coloca os dois eixos que caracterizam o complemento desse tipo de texto informativo: a causalidade e a coincidência.

Causalidade e coincidência são conceitos construídos a partir da perspectiva humana. A causalidade tem o apelo humano do imponderável, do inexplicável. A improbabilidade no *fait divers* se realiza dentro do próprio enunciado do fato noticioso. Barthes observa que existe sempre nestas causalidades “aberrantes”, um elemento de degradação da natureza das coisas. E como é frequente nos estudos de Barthes, segue uma tipologia desses apelos desconcertantes do *fait divers*. São aberrações que se expressam pelo inexplicável (discos voadores); o mistério (um corpo esquartejado encontrado num cemitério).

Nesta tipologia de causalidades, Barthes vai dividindo e subdividindo seus elementos de coincidência. Existe a causalidade *diferida* (é o crime misterioso, o policial e o enigma, tema de larga tradição na literatura); a causalidade *perturbada* (um homem invade um banco armado. Assalto? Não. Queria falar com a ex-namorada); a causalidade *ludibriada* (morador dorme com o

cigarro acesso: edifício de dez andares pela fogo). Em todos os casos existe uma relação causal do muito se tornar o pouco ou do pouco se tornar o muito. Esse é um tipo de mecanismo que regula o discurso interno do *fait divers*.

O outro mecanismo que pode articular essa estrutura noticiosa é o de coincidência. A repetição ou a improbabilidade “quer dizer alguma coisa” para a consciência popular. O apelo humano mais uma vez é determinante da valoração que se faz desses fatos. O jogador de futebol com câncer na perna; o passageiro que por duas vezes não pode embarcar em aviões que caíram; a ambulância que bate e causa a morte do paciente que transportava e que já havia sofrido um acidente automobilístico; a mulher e o marido que dividem o prêmio de loteria sem saber que o outro também havia jogado. Há um sentido oculto, indecifrável, misterioso nestes fatos. É um ponto de interrogação que se constrói em episódios da existência humana. Aí está o seu valor e seu apelo.

Estas coincidências, na tipologia de Barthes, também são de naturezas variáveis. A que aproxima elementos distantes: uma mulher grávida salva um homem de 110 kg de afogamento; bombeiros sobem cinco andares de um prédio em chamas para salvar um gato. Nesta ideia de coincidências, desenvolvida no estudo do *fait divers*, Barthes introduz os estereótipos sociais, papéis humanos de grande identificação do leitor, capazes de provocar, eles próprios, as conexões para a realização da notícia. Papéis sociais reconhecidos se tornam bons personagens de *fait divers* na medida que a ação produzida desloca o eixo da expectativa que temos deles: o cirurgião plástico assaltante; o psiquiatra infantil pedófilo; a vovó traficante.

A coincidência torna-se espetacular (expressão usada por Barthes) quando ela investe certos estereótipos de situação. “O deputado é preso num motel com uma garota menor de idade.

Ele é o autor da lei que transforma em crime não afiançável, a autoria da prática sexual com menores”. Não basta haver um deputado preso com uma menor de idade. Ele é o autor da lei que proíbe seu gesto. “Contas bancárias milionárias, de políticos brasileiros, são descobertas no exterior. A maior delas pertence a um líder sindical de esquerda”. Não basta haver contas de políticos fora do Brasil. A maior delas pertence a quem mais denunciava essa prática criminosa. Essa causalidade inverte-se dentro de uma relação vetorizada que se desdobra sobre si mesmo.

Se a coincidência é – por si mesmo – uma dificuldade racional, elemento de forte apelo simbólico, o seu desdobramento torna-se ainda mais radical. Em casos como esses, a coincidência remete à ideia de uma monstruosidade. Elementos de natureza incompreensíveis parecem se alinhar para provocar uma conjunção só possível de entendimento se atribuída aos astros, aos deuses, ao destino. Estes signos indecifráveis tecem os acontecimentos, através de elementos simbólicos que os homens não conseguem decifrá-los porque estão cegos para seus significados. É aqui que Barthes introduz um valor e um significado ao *fait divers*. Ele nos diz que,

Causalidade aleatória, coincidência ordenada, é na junção destes dois movimentos que se constitui o caso do dia: ambos acabam, com efeito, por recobrir uma zona ambígua onde o acontecimento é plenamente vivido como signo cujo conteúdo é no entanto incerto. Encontramo-nos aqui, se se quiser, não num mundo do sentido, mas num mundo de significação; este estatuto é provavelmente o da literatura, ordem formal na qual o sentido é ao mesmo tempo apresentado e iludido.. (BARTHES, 1977, p. 275)

De fato, o *fait divers* pode assumir uma significação quando seus elementos (de natureza tipológica e estereotipada) passam a incorporar elementos de significação. Quer dizer, quando podem ser lidos a partir de um horizonte imanente

ou de um horizonte nomeado. Nestes casos, se reveste de significação ambígua, mas possível de entendimento. Durante muitos anos, na ditadura militar, as editorias de polícia dos grandes jornais, passaram a produzir inúmeras notícias que tinham esse caráter duplo de leitura. O capitão do Exército que matara um assaltante, durante a madrugada revestia-se de um caráter revelador da sociedade brasileira naquele momento.

Alguns destes fatos noticiados como *fait divers* se transformaram em relatos carregados de significado social. O assassinato de uma modelo por um rico playboy, da sociedade de Belo Horizonte dos anos 70, acabou por se transformar num emblema da situação da mulher na sociedade brasileira (O caso Doca Street); o triângulo amoroso formado por um capitão do Exército, um bancário e uma professora primária que acabou com a morte da mulher. O assassinato mexeu com o país, afinal, o militar, a professora e o bancário eram tipos ideais de uma sociedade dos anos 50 que se civilizava no processo de urbanização (O crime do Sacopã). Nestes casos, o *fait divers* abandonou sua natureza efêmera e irrelevante. É evidente que aqui estamos tratando com os mitos da sociedade. O mito como unidade do discurso. (BARTHES, 1993, p.143)

É evidente que essa leitura, como *fait divers* ou como informação, realiza-se em leitores diferentes. A significação das ações, dos estereótipos, as antíteses criadas no interior da narrativa, é “decifrada” pelos leitores que possuem conhecimento do horizonte de onde este discurso se origina. Seu desvendamento, como na literatura, só é permitida a aqueles que dominam o código narrativo apresentado. Sempre será uma leitura dedutiva, mas nem por isso incompleta. Do outro lado, o leitor que não tem domínio desses códigos, que não identifica seu significado e não entende seus estereótipos, só poderá consumi-la como *fait divers*. É evidente que, como demonstrou Barthes,

são inúmeros os tipos de *fait divers* e só alguns, em número muito reduzido, conseguem trazer na sua natureza narrativa estas duas possibilidades de leitura.

Deputados do partido de esquerda no poder do Brasil teriam sido fotografados nus, fumando charutos cubanos Cahibas e mantendo relações sexuais em festas patrocinadas por Jeany Mary Córner, conhecida cafetina de Brasília. Alguns foram guerrilheiros nos anos 70 e estão sendo acusados também de receber malas de dinheiro como suborno. (NY POST, 2005, p.23)

Essa notícia pode ser lida como um legítimo *fait divers*. Aqui temos as coincidências espetaculares de que fala Barthes. Uma sucessão de antíteses e de estereótipos que se desdobram sobre seus próprios conceitos. Tipos humanos, “clichês” de representação social, contradições temporais, improbabilidades expressa. De um lado temos os deputados de esquerda (estoico, espartano); charutos Cahibas (Cuba, Fidel), guerrilheiros (Guevara, selva, Araguaia), anos 70 (ditadura militar, tortura). De outro lado, absolutamente oposto, temos deputados (políticos), nus (perversão); charutos Cahibas (dinheiro, fortuna); relações sexuais (perversão), festas (luxúria), cafetina (perversão), malas de dinheiro (corrupção). O *fait divers* se organiza e se explica como curiosidade discursiva numa quantidade de estereótipos sociais que se aglutinam, contrapõem-se e se realizam de forma absolutamente improvável (no entanto, houve uma foto. Há provas).

O que neste *fait divers* tem o toque do humor grotesco, adquire o traço fortemente trágico e desolador quando os códigos recebem uma significação discursiva, um contexto histórico. Essa mesma notícia pode ser lida como informação se o leitor reconhece o horizonte de onde provem estes acontecimentos. Na medida em que identifica o

contexto e atribui significação, esta notícia ganha relevo e importância informativa.

Aqui abordamos o processo de produção da informação, concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversas áreas de decisão em relação às quais o jornalista tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Essa é a teoria do *gatekeeper*, que analisa a notícia apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível de indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macro-sociológicos, como a organização jornalística. (TRAQUINA, 2005)

Dessa forma, ao escolher entre um sem número de acontecimentos dispersos no mundo real os que vão transformar-se em notícias, o jornal considera nas adequações dos fatos e efeitos a serem produzidos simbolicamente pelas mediações propostas das dimensões valorativa, normativa e prescritiva. A escolha dos termos, a ordem de sua apresentação, a seleção dos fatos narrados fornecem perspectivas, modelam imagens, ajudam promover os temas, a definir a atmosfera específica, a construir a realidade. (MARQUES, 2007)

A própria realidade da vida cotidiana está cheia de objetividades e, além do mais, é possível unicamente por essa existência. As objetividades se sustentam pela significação linguística, o que faz com que a compreensão da linguagem, o sistema de signos vocais mais importantes da sociedade humana, seja essencial para a compreensão da realidade da vida cotidiana, até mesmo a transcendendo. A linguagem constrói enormes edifícios de representação simbólica que parecem dominar a realidade, construindo-a (BERGER; LUCKMANN, 1995).

Dentro desta construção da realidade nos deparamos com diversas questões abordadas por Barthes em seus livros. Quando o autor afirma que “para o escritor, não se trata de

escolher o grupo social para que escreve: ele sabe perfeitamente que, a menos que se conte com uma revolução, será sempre para a mesma sociedade. Sua escolha é uma escolha de consciência, não de eficácia” (BARTHES, 1996). Nessa consciência encontra-se a questão de que a linguagem nunca é inocente: as palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente em meio às significações novas, como diria Barthes. Não podemos esquecer, ainda, que ao investigarmos a linguagem, estamos analisando a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas, a ‘racionalidade’. Então, a seleção léxica mais do que um componente essencial é o mesmo cerne da escritura. Assim, o ato da escrita – seja ou não de *fait divers* - supõe transpor uma fronteira entre o que sabemos e o que somos, entre o que passa e o que nos passa.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. **Novos ensaios críticos: o grau zero da escritura**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____. **O prazer do texto**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996

_____. **Mitologias**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

_____. **Ensaio Crítico**. Lisboa-Portugal, Edições 70, 1977.

BERGER, Peter ; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1995.

HOHENBERG, John. **O jornalista profissional**. Rio de Janeiro, Ed. Interamericana, 1981.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Rio de Janeiro, Vozes, 1979.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. **Ética e discurso jornalístico**. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-etica-discurso.html>

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Outras referências

ZERO HORA, jornal. Porto Alegre, 12.08.2005.

NY Post, jornal. Nova York, 16.08.2005.

Artigo enviado em: 23/05/2014

Aceite em: 16/03/2015